



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral FEDERAL
Procuradoria FEDERAL junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar
Gerencia de CONSULTORIA Normativa - GECOS R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5,
CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO DE JANEIRO / RJ CEP: 20,021-350

NOTA TÉCNICA n. 00023/2016 / GECOS / PFANS / PGF / AGU

NUP: 33902.512748 / 2016-11

INTERESSADOS: ANS - DIDES - ASSNT - ASSESSORIA NORMATIVA

ASSUNTO: PROPOSTA DE RN QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA ANS NO ÂMBITO DA DIDES E DA DIPRO

1 - INTRODUÇÃO

Este processo foi distribuído para o especialista subscritor da presente nota técnica realizar uma análise estritamente formal da minuta de Resolução Normativa proposta nos autos.

A análise realizada cuida exclusivamente de aspectos estritamente formais da proposta de fl.06, à luz da Lei Complementar nº 95, de 1998, e do Decreto nº 4.176, de 2002.

Prosseguindo, é preciso informar sobre o diminuto lapso temporal para finalização do trabalho. O processo foi distribuído no dia 12/09/2016 (segunda-feira), com indicativo de término para o dia 14/09/2016 (quarta-feira).

De antemão, diante da destacada urgência, informa-se que não foi possível fazer a avaliação dos elementos do ato normativo. Também não foi possível verificar a conformidade com a RA nº 49, de 2012, que regula o processo administrativo normativo.

Esclareça-se, por fim, que a análise teve como base a versão da RN nº 197, de 2009, disponibilizada na INTRANS (*acesso em 13.09.2016*).

2- DA VERSÃO DE MINUTA DE RN SUGERIDA EM SUBSTITUIÇÃO À APRESENTADA à fl.04

Por conta da já destacada urgência para análise, as alterações efetuadas com base na Lei Complementar nº 95, de 1998, e no Decreto nº 4.176, de 2002, e demais modificações de cunho formal podem ser visualizadas diretamente na minuta com marcações, que segue em anexo. O especialista subscritor da presente nota se coloca à disposição para prestar qualquer tipo de esclarecimento.

Foram também incorporados na minuta em anexo dispositivos sugeridos pela Procuradora Federal, cujo conteúdo foi submetido às áreas interessadas (troca de e-mails juntada na manifestação jurídica). De qualquer forma, necessário se faz que a área técnica os ratifique e, complemente, se for o caso. Devido ao curto lapso temporal para análise não foi possível fazer um trabalho de checagem mais acurado, razão pela qual recomenda-se que a área técnica faça a respectiva verificação e, em sendo o caso, promova eventuais alterações no texto.

3 – QUESTÃO RELEVANTE

3.1 – Considerando a nova atribuição dada à DIDES, pergunta-se: Ela será exercida por algum órgão da estrutura da DIDES, diferente da própria Diretoria? Em caso positivo, indica-se a criação do dispositivo(s) correspondente(s), com o objetivo de gerar precisão, um dos princípios básicos da técnica legislativa.

4 - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, sugere-se uma minuta substitutiva com o intuito de satisfazer os requisitos formais viabilizando sua publicação.

Seguem os seguintes documentos anexados:

- *Anexo I: minuta sugerida pela GECOS/PROGE com alterações destacadas;*
- *Anexo II - minuta sugerida pela GECOS/PROGE sem alterações destacadas;*
- *Anexo III: minuta proposta objeto de análise pela GECOS/PROGE encaminhada por e-mail por representante do órgão proponente; e*

É a nota técnica, sub censura.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2016.

GUSTAVO JUNQUEIRA CAMPOS
ESPECIALISTA EM Regulação
Especialidade - DIREITO
1621002 MAT.SIAPE

Atenção, a consulta Ao Processo Eletrônico ESTÁ available in <http://sapiens.agu.gov.br> Mediante o Fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902512748201611 e da chave de Acesso 25517d59

ANEXO I

**MINUTA SUGERIDA PELA GECOS/PROGE – VERSÃO COM ALTERAÇÕES
DESTACADAS**

ATENÇÃO: A PRESENTE MINUTA NÃO CONTEMPLA TODAS AS SUGESTÕES/PONDERAÇÕES CONSTANTES NA NOTA TÉCNICA DO ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E NA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DA PROCURADORA FEDERAL, QUE DEVEM SER ANALISADAS PELO ÓRGÃO PROPONENTE PARA QUE, CASO AS ACATE, PROMOVA AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES/ADAPTAÇÕES NO TEXTO.

ESCLAREÇA-SE QUE FORAM INCORPORADOS DISPOSITIVOS NA MINUTA COM BASE NO MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORA FEDERAL. ESTÃO GRIFADOS EM AZUL. DE QUALQUER FORMA, NECESSÁRIO SE FAZ QUE A ÁREA TÉCNICA OS RATIFIQUE E, COMPLEMENTE, SE FOR O CASO.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2016

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; bem como o inciso IV do art. 6º e a alínea "a" do inciso II do art. 86, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa – RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 2º O art. 23 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, passa a vigorar, acrescido dos s incisos s XXX e XXXI, com as seguintes redações:

“Art. 23
.....

XXX - efetuar estudos e propor normas referentes aos aspectos econômico-financeiros dos mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde; e

XXXI - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde;

.....”

Art. 3º O inciso V do art. 38, o § 4º do art.43, os incisos XI e XII do art.48, todos da RN nº 197, de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art.38.
.....
V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde.
.....” (NR)

“ Art. 43.
.....
§ 4º Compete à Gerência Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos - GEFAP auxiliar a GGREP, em especial, no exercício das atribuições previstas nos incisos XXII, XXIII, XXIV, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX XXXII, XXXIII do caput deste artigo.”
(NR)

Alteração necessária por conta da cláusula da revogação. Como o inciso XXV do art.43 do Regimento Interno será revogado, a manutenção de sua remissão no § 4º do art.43 se mostraria inadequada.

“ Art. 48.
.....
XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde; e

XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde.” (NR)

__Art. 34º Fica revogado o inciso XXV art. 43, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

__Art. 45º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

ANEXO II

**MINUTA SUGERIDA PELA GECOS/PROGE – VERSÃO SEM ALTERAÇÕES
DESTACADAS**

ATENÇÃO: A PRESENTE MINUTA NÃO CONTEMPLA TODAS AS SUGESTÕES/PONDERAÇÕES CONSTANTES NA NOTA TÉCNICA DO ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E NA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DA PROCURADOR FEDERAL, QUE DEVEM SER ANALISADAS PELO ÓRGÃO PROPONENTE PARA QUE, CASO AS ACATE, PROMOVA AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES/ADAPTAÇÕES NO TEXTO.

ESCLAREÇA-SE QUE FORAM INCORPORADOS DISPOSITIVOS NA MINUTA COM BASE NA MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORA FEDERAL. DE QUALQUER FORMA, NECESSÁRIO SE FAZ QUE A ÁREA TÉCNICA OS RATIFIQUE E, COMPLEMENTE, SE FOR O CASO.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2016

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; bem como o inciso IV do art. 6º e a alínea "a" do inciso II do art. 86, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa – RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 2º O art. 23 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, passa a vigorar, acrescido dos incisos XXX e XXXI, com as seguintes redações:

“Art. 23.
.....

XXX - efetuar estudos e propor normas referentes aos aspectos econômico-financeiros dos mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde; e

XXXI - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde.

.....”

Art. 3º O inciso V do art. 38, o § 4º do art.43, os incisos XI e XII do art.48, todos da RN nº 197, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.38.
.....
V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde.
.....” (NR)

“ Art. 43.
.....

§ 4º Compete à Gerência Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos - GEFAP auxiliar a GGREP, em especial, no exercício das atribuições previstas nos incisos XXII, XXIII, XXIV, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX XXXII, XXXIII do **caput** deste artigo.” (NR)

“ Art. 48.
.....

XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde; e

XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde.” (NR)

Art. 4º Fica revogado o inciso XXV art. 43, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

ANEXO III

**MINUTA PROPOSTA OBJETO DE ANÁLISE PELA GECOS/PROGE
ENCAMINHADA POR E-MAIL POR REPRESENTANTE DO ÓRGÃO
PROPONENTE**

Gustavo

De: Joao Roberto Caldeira de Oliveira <joao.oliveira@ans.gov.br>
Enviado em: terça-feira, 13 de setembro de 2016 08:35
Para: Gustavo Junqueira Campos
Cc: Carla de Figueiredo Soares; Alexandre Gomes Gonçalves
Assunto: Minuta de RN que altera o RI
Anexos: 39071__Minuta RI DIDES - MECANISMO DE REGULAÇÃO (1).docx

Prezados , conforme solicitado encaminho a Minuta de Resolução Normativa que altera o Regimento Interno no âmbito da DIPRO e da DIGES.

Atenciosamente,



João Roberto Caldeira de Oliveira
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar
Assessor Normativo
Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO
tel.: 21 2105-0426

ANS. A agência reguladora de planos de saúde do Brasil.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2016

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; bem como o inciso IV do art. 6º e a alínea "a" do inciso II do art. 86, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução Normativa – RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 2º O art. 23 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, passa a vigorar, acrescido do inciso XXX, com a seguinte redação:

“Art. 23
.....

XXX - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde;

Art. 3º Fica revogado o inciso XXV art. 43, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.

Art. 4º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente